



Viseu, 02 e abril de 2020

MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS FLEXIBILIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Desde o início da crise provocada pelo COVID-19 que foram publicadas medidas destinadas a apoiar as empresas nesta fase. No que respeita aos impostos e contribuições, destacamos:

[Despacho nº129/2020-XXII, de 27 de março – SEAF \(Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais\)](#)

[Decreto Lei nº10-F/2020, de 26 de março](#)

[Despacho nº 104/2020-XXII, de 09 de março – SEAF \(Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais\)](#)

Neste contexto passamos a sintetizar as medidas e simplificação introduzidas.

IRC

Em termos de IRC as principais medidas foram as seguintes:

PEC – PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA

PRIMEIRO PEC - pode ser efetuado até ao dia 30 de junho de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades.

PRIMEIRO PEC (PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA) e PPC (PRIMEIRO PAGAMENTO ADICIONAL POR CONTA) a efetuar em julho - pode ser efetuado até 31 de agosto de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades.

MODELO 22 – Entrega até 31 de julho de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades.

RETENÇÕES NA FONTE – As retenções na fonte de IRC podem ser fracionadas nos mesmos termos das retenções na fonte de IRS e a seguir explicadas.

IRS – Entrega das retenções na fonte

Permite a entrega fracionada das retenções na fonte de IRS em 3 ou 6 meses a partir do mês de abril.

Quem pode usar esta medida?

Todas as empresas e trabalhadores independentes com volume de negócios até 10M€, em 2018.

Todas as empresas e trabalhadores independentes cuja atividade se enquadre nos setores encerrados nos termos do [Artigo 7º do Decreto 2-A/2020, de 20 de março – Anexo I](#)

Todas as empresas e trabalhadores independentes que tenham iniciado/reiniciado atividade em 2019 (aplica-se quando não tenham obtido volume de negócios em 2018, se obtiveram têm que seguir o regime regra).

As restantes empresas e trabalhadores independentes, desde que tenham quebra superior a 20% da faturação (segundo o sistema e-fatura), face à média dos 3 meses anteriores ao mês da obrigação face ao período homólogo.

Que pagamentos podem ser fracionados?

Podem ser fracionadas todas as retenções na fonte de IRS devidas a 20 de abril, a 20 de maio e a 20 de junho. Pode ser pago a 3 ou 6 meses, consoante a opção da empresa.

A primeira prestação vence-se na data de cumprimento da obrigação e as restantes prestações vencem-se na mesma data, nos meses seguintes.

Entrega das retenções na fonte de IRS: Opções de pagamento ao Estado



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Opção 1 – pagamento fracionado em 3 meses



Entrega das retenções na fonte de IRS: Opções de pagamento ao Estado



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Opção 2 – pagamento fracionado em 6 meses



Como pedir o pagamento fracionado?

- Mediante pedido no Portal das Finanças (com validação automática) para as empresas e trabalhadores independentes com volume de negócios até 10M€ em 2018, com atividades encerradas ou com início/reinício de atividade em 2019.
- Mediante pedido no Portal das Finanças (sendo validado caso a caso), para as restantes empresas. Neste caso o ROC ou o Contabilista Certificado da empresa tem que emitir e juntar certificado da quebra de atividade.

IVA

Permite a entrega fracionada do IVA ao Estado em 3 ou 6 meses a partir de abril.

Quem pode beneficiar desta medida?

- Todas as empresas e trabalhadores independentes com volume de negócios até 10M€, em 2018.
- Todas as empresas e trabalhadores independentes cuja atividade se enquadre nos setores encerrados nos termos do [Artigo 7º do Decreto 2-A/2020, de 20 de março – Anexo I](#)
- Todas as empresas e trabalhadores independentes que tenham iniciado/reiniciado atividade em 2019 (aplica-se quando não tenham obtido volume de negócios em 2018, se obtiveram têm que seguir o regime regra).
- As restantes empresas e trabalhadores independentes, desde que tenham quebra superior a 20% da faturação (segundo o sistema e-fatura), face à média dos 3 meses anteriores ao mês da obrigação face ao período homólogo.

Que pagamentos podem ser fracionados?

Podem ser fracionados todos os pagamentos de IVA

Pode ser pago a 3 ou 6 meses, consoante a opção da empresa.

Regime Mensal – a 15 de abril, a 15 de maio e a 15 de junho

Regime Trimestral – a 20 de maio

A 1ª prestação vende-se na data de cumprimento da obrigação e as restantes prestações vencem-se na mesma data nos meses seguintes

Seguem-se os seguintes quadros informativos:



Entrega de pagamentos de IVA: Opções de pagamento ao Estado – *regime mensal*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Opção 2 – pagamento fracionado em 6 meses

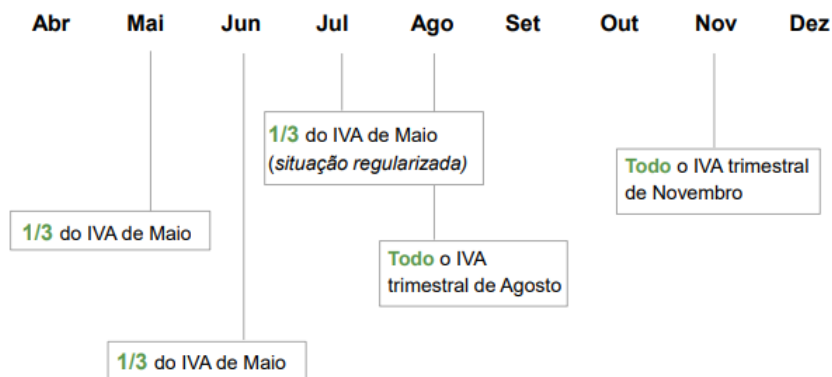


Entrega de pagamentos de IVA: Opções de pagamento ao Estado – *regime trimestral*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Opção 1 – pagamento fracionado em 3 meses

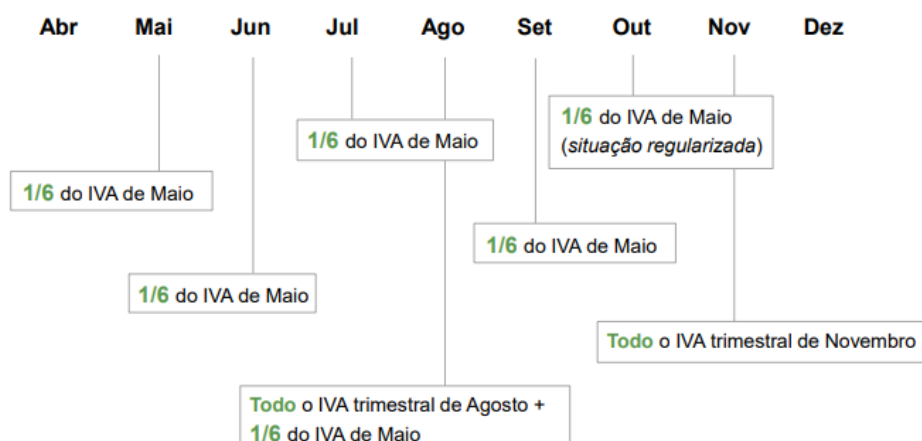


Entrega de pagamentos de IVA: Opções de pagamento ao Estado – *regime trimestral*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Opção 2 – pagamento fracionado em 6 meses



Como pedir o pagamento fracionado?

- Mediante pedido no Portal das Finanças (com validação automática) para as empresas e trabalhadores independentes com volume de negócios até 10M€ em 2018, com atividades encerradas ou com início/reinício de atividade em 2019.
- Mediante pedido no Portal das Finanças (sendo validado caso a caso), para as restantes empresas. Neste caso o ROC ou o Contabilista Certificado da empresa tem que emitir e juntar certificado da quebra de atividade.

SIMPLIFICAÇÕES DO PREENCHIMENTO DAS DECLARAÇÕES DE IVA

O Despacho nº 129/2020.XXII do SEAF introduziu procedimentos de simplificação que permitem adaptar o cumprimento das obrigações declarativas às circunstâncias do COVID-19.

Neste contexto foram introduzidas as seguintes medidas de simplificação:

- As declarações de IVA a entregar no prazo legal, referentes ao período de fevereiro de 2020, podem ser calculadas tendo por base os dados constantes do e-fatura, não carecendo de documentação de suporte, designadamente reconciliações e documentos físicos, devendo a regularização da situação ser efetuada por declaração de substituição.
- A substituição das declarações periódicas poderá ser efetuada, sem quaisquer acréscimos ou penalidades, com base na totalidade da documentação de suporte, desde que essa substituição e respetivo pagamento/acerto ocorra durante o mês de julho de 2020.
- Durante os meses de abril, maio e junho, devem ser aceites faturas em PDF, que serão consideradas faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal.

-

Estas medidas apenas se aplicam nos seguintes casos:

- Quando o sujeito passivo apresente um volume de negócios referente ao ano de 2019, até € 10.000,00.
- Quando o sujeito passivo tenha iniciado atividade em ou após janeiro de 2020.
- Quando o sujeito passivo tenha reiniciado a atividade em ou após 1 de janeiro de 2020 e não tenha obtido volume de negócios em 2019

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

É permitido o deferimento do pagamento das contribuições da responsabilidade da empresa.

Este benefício é cumulável com outras medidas extraordinárias existentes no âmbito do COVID-19.

O nº de trabalhadores é aferido por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de fevereiro de 2020.

Quem pode beneficiar?

- Trabalhadores independentes.
- Todas as empresas até 50 trabalhadores.
- Todas as empresas até 50-249 trabalhadores, caso apresentem uma quebra inferior a 20% à média da faturação (aferida através da e-fatura), nos meses de março, abril e maio de 2020 face à média do período homólogo.
- Todas as empresas com 250 ou mais trabalhadores desde que atuem nos setores do turismo, da aviação civil, ou outros encerrados (Artigo 7 (Anexo I) do Decreto lei nº2-A/2020, de 20 de março), e que apresentem igualmente uma quebra superior a 20%.

Que pagamentos podem ser fracionados?

As contribuições da responsabilidade da empresa, devidas nos meses de março, abril e maio de 2020 podem ser pagas da seguinte forma:

- Um terço do valor das contribuições é pago no mês em que é devido.
- O montante dos restantes dois terços é pago em prestações iguais e sucessivas, nos meses de julho, agosto e setembro de 2020 ou, nos meses de julho a dezembro de 2020

Lembramos que o pagamento deferido das contribuições não é obrigatório, podendo a empresa optar por pagar a totalidade.

Se a empresa não pagar 1/3 do valor das contribuições de algum dos meses dentro do prazo, termina logo a possibilidade de acesso a este benefício.

O incumprimento dos requisitos de acesso ao deferimento do pagamento das contribuições determina o vencimento imediato da totalidade das prestações bem como a cessação da isenção de juros.

Tratando-se de pagamento parcial não se pode utilizar o documento normal de pagamento. Pelo que, o pagamento pode ser feito através de Homebaking, por débito em conta ou transferência bancária.

Alertamos para o facto de que se a empresa já pagou a totalidade das contribuições devidas no mês de março de 2020, o deferimento de pagamento inicia-se em abril de 2020 e termina em junho de 2020.

Como aceder a esta medida?

O deferimento do pagamento das contribuições não se encontra sujeito a requerimento. A atribuição é oficiosa pelos serviços da Segurança Social.

PLANOS PRESTACIONAIS EM CURSO NA AT E NA SEGURANÇA SOCIAL E SUSPENSÃO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL INSTAURADOS PELA AT E PELA SEGURANÇA SOCIAL

O regime de férias judiciais até à cessação desta situação excecional provocada pelo COVID-19, definida no nº1 do Artigo 7º da Lei 1-A/2020, é aplicável aos planos prestacionais em curso, sem prejuízo destes poderem continuar a ser cumpridos.

Se a equiparação ao regime de férias judiciais cessar antes de 30 de junho de 2020, os processos de execução fiscal deverão manter-se suspensos até essa data.

Ficam também suspensas até 30 de junho de 2020 os planos prestacionais em curso por dívidas à Segurança Social foram do âmbito dos processos executivos, podendo continuar a ser cumpridos se a empresa assim o entender.

SITUAÇÕES DE JUSTO IMPEDIMENTO

O Despacho nº129/2020-XXII do SEAF consideram como suficientes para aplicação da figura de justo impedimento no cumprimento de quaisquer obrigações fiscais:

- As situações de infeção pela COVID-19 ou o isolamento profilático, determinadas por autoridade de saúde, do contabilista certificado e/ou do seu cliente. Nestes casos, a figura de justo impedimento aplica-se também às obrigações no âmbito dos procedimentos administrativos relacionados com a liquidação de impostos.
Esta situação comprova-se por declaração emitida pelas autoridades de saúde.
- As situações de fixação de cerca sanitária que interdite as deslocações de contribuintes ou contabilistas certificados de e para as zonas abrangidas pela cerca, desde que aqueles tenham o seu domicílio fiscal ou profissional nas referidas zonas.

**A AIRV CONTINUA À DISPOSIÇÃO DE TODAS AS EMPRESAS.
CONSULTE-NOS.**

CONHECER PARA CRESCER

AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu
Edifício Expobeiras – Parque Industrial de Coimbrões – 3500 618 Viseu
Tel: 232470290 Fax: 232470299 Email: chenriques@airv.pt www.airv.pt